

**Demonstrações financeiras
consolidadas em IFRS**

**Banco Cooperativo Sicredi S.A. e
Empresas Controladas**

31 de dezembro de 2014 e 2013
Com Relatório dos Auditores Independentes



**Building a better
working world**

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas.....	1
Balancos patrimoniais consolidados	3
Demonstrações consolidadas do resultado.....	4
Demonstrações consolidadas do resultado abrangente.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas	8



Building a better
working world

Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Acionistas do
Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Building a better
working world

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Cooperativo Sicredi S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificações, datado de 23 de fevereiro de 2015.

Porto Alegre, 31 de março de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-015.199/O-6/F-RS

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC 1SP-214.144/O-1

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Balancos patrimoniais consolidados
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativos			Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.575.545	1.476.684
Valores a receber de instituições financeiras	8	10.025.359	7.957.329
Ativos financeiros para negociação	9	424.217	263.182
Derivativos	10	296	1.213
Empréstimos e recebíveis de clientes	11	13.891.113	11.417.180
Ativos financeiros disponíveis para venda	12	2.538.037	2.865.190
Ativos financeiros mantidos até vencimento	12	348.030	-
Ativos intangíveis	13	1.072	1.039
Imobilizado	14	54.909	51.111
Propriedades para investimento	15	3.810	3.890
Crédito tributário diferido	21	10.356	14.115
Outros ativos	16	101.340	104.867
Total de ativos		28.974.084	24.155.800
	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Passivos			Reapresentado
Depósitos de instituições financeiras	17	12.799.366	11.365.603
Depósitos de clientes	18	4.597.267	3.867.099
Obrigações por títulos e valores mobiliários	19	9.518.571	7.298.686
Derivativos	10	363	235
Provisões	20	9.053	10.182
Passivo tributário - corrente		35.515	24.153
Dívida subordinada		107.722	106.124
Outros passivos	22	678.307	538.883
Total de passivos		27.746.164	23.210.965
Patrimônio Líquido	23		
Capital social		973.593	744.375
Instrumento híbrido de capital e dívida		148.967	134.438
Reservas		106.405	66.152
Ajuste de valor patrimonial		(1.084)	(159)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		1.227.881	944.806
Participação dos acionistas não controladores		39	29
Total do patrimônio líquido		1.227.920	944.835
Total de passivos e patrimônio líquido		28.974.084	24.155.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita de juros	24	2.127.115	1.568.226
Despesa de juros	24	<u>(1.758.744)</u>	<u>(1.319.490)</u>
Receita líquida com juros		368.371	248.736
Receita de tarifas, taxas e comissões	25	435.653	356.956
Despesa de tarifas, taxas e comissões	25	<u>(190.132)</u>	<u>(154.687)</u>
Receita líquida de tarifas, taxas e comissões		245.521	202.269
Ganho / (perda) líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado	26	6.101	5.645
Outras receitas operacionais	27	103.159	100.091
Despesas de pessoal	28	(119.168)	(113.085)
Outras despesas administrativas	29	(422.952)	(318.929)
Depreciação e amortização	13,14 e 15	(3.859)	(4.833)
Outras despesas operacionais	30	(25.388)	(28.213)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	<u>6.275</u>	<u>(13.272)</u>
Lucro operacional antes da tributação		158.060	78.409
Tributos sobre o lucro	31	<u>(63.533)</u>	<u>(33.693)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>94.527</u>	<u>44.716</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		94.517	45.162
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		10	(446)
Lucro básico/diluído por ação (em Reais - R\$)			
Ações preferenciais classe A		0,25	0,22
Ações preferenciais classe B		0,11	0,05
Ações ordinárias		0,07	0,03
Quantidade			
Ações preferenciais classe A		175.675.858	130.249.464
Ações preferenciais classe B		27.611.569	21.523.109
Ações ordinárias		680.826.744	537.390.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	94.517	45.162
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Movimento líquido no valor justo	(1.541)	(442)
Efeito de imposto de renda	616	177
Total do resultado abrangente	<u>93.592</u>	<u>44.897</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Capital Social		Outros resultados abrangentes				Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Instrumento Híbrido de Capital e Dívida/Subordinada	Reservas	Lucros acumulados	Ajuste Marcação a Mercado TVM	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores			
Saldo em 1º de janeiro de 2013	433.052	124.419	56.918	-	106	614.485	476	614.971	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	45.162	-	45.162	(447)	44.715	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(265)	(265)	-	(265)	
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transações com acionistas registrados no patrimônio líquido	-	-	-	(2.328)	-	-	-	-	
Reserva Legal	-	-	2.328	-	-	-	-	-	
Reserva especial de lucro	-	-	31.780	(31.780)	-	-	-	-	
Dividendos	-	-	-	(11.054)	-	(11.054)	-	(11.054)	
Atualização do instrumento híbrido de capital e dívida	-	10.019	-	-	-	10.019	-	10.019	
Aumento de capital	311.323	-	(24.874)	-	-	286.449	-	286.449	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	744.375	134.438	66.152	-	(159)	944.806	29	944.835	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	94.517	-	94.517	10	94.527	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(925)	(925)	-	(925)	
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transações com acionistas registrados no patrimônio líquido	-	-	-	(4.442)	-	-	-	-	
Reserva Legal	-	-	4.442	-	-	-	-	-	
Reserva especial de lucro	-	-	68.974	(68.974)	-	-	-	-	
Dividendos	-	-	-	(21,101)	-	(21,101)	-	(21,101)	
Atualização do instrumento híbrido de capital e dívida subordinada	-	14.529	-	-	-	14.529	-	14.529	
Aumento de capital	229.218	-	(33.163)	-	-	196.055	-	196.055	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	973.593	148.967	106.405	-	(1.084)	1.227.881	39	1.227.920	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	2014	2013
		Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes da tributação e participação dos acionistas não controladores	158.060	78.409
Ajustes ao lucro:		
<i>Itens não monetários incluídos no lucro líquido consolidado</i>		
Depreciação e amortização	3.859	4.833
Provisões para perdas de crédito	(6.275)	13.272
Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida	14.529	10.020
Juros Dívida subordinada	(291)	1.335
Provisão para passivos em litígios	1.840	4.220
Custo da alienação de imobilizado	67	167
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(1.170)	(21)
	12.559	33.826
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		
Valores a receber de instituições financeiras	(2.068.030)	(1.664.626)
Ativos financeiros disponíveis para venda	326.228	261.555
Ativos financeiros para negociação	(159.865)	(158.683)
Derivativos	917	(1.140)
Empréstimos e recebíveis de clientes	(2.465.770)	(2.365.271)
Outros ativos	3.529	(5.050)
	(4.362.991)	(3.933.215)
Aumento (decréscimo) líquido nos passivos operacionais		
Derivativos	128	203
Depósitos de clientes	730.168	898.803
Depósitos de instituições financeiras	1.433.763	1.509.286
Obrigações por títulos e valores mobiliários	2.219.885	1.550.495
Outros passivos	127.330	258.769
Impostos sobre lucros pagos	(48.408)	(31.871)
	4.462.866	4.185.685
Total de fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	270.494	364.705
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	(348.030)	-
Títulos e créditos a Receber	15.244	(95.715)
Aquisição de imobilizado	(7.339)	(2.674)
Aquisição de intangível	(340)	(471)
Total de fluxo de caixa das atividades de investimento	(340.465)	(98.860)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dívida subordinada	(15.243)	94.671
Aumento de capital	185.000	278.158
Ajustes patrimoniais	(925)	(265)
Total de fluxo de caixa das atividades de financiamento	168.832	372.564
Movimento líquido em caixa e equivalentes de caixa	98.861	265.845
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.476.684	838.275
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.575.545	1.476.684
Transações não monetárias	21.101	11.054
Dividendos	21.101	11.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco” ou “Instituição”), instituição financeira privada nacional, constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional - CMN, teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de junho de 1996. A Instituição tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sistema de Crédito Cooperativo - Sicredi, atua como instrumento das Cooperativas de Crédito, possibilitando a estas, através de convênios, operar nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo.

Em 31 de dezembro de 2014, o Sistema de Crédito Cooperativo – Sicredi está organizado por 98 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 1.334 pontos. A estrutura conta ainda com as quatro Centrais Regionais (“Centrais”) – acionistas da Sicredi Participações S.A. – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi (“Confederação Sicredi”), a Fundação Sicredi e o Banco, que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda, a Administradora de Cartões Sicredi Ltda, a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda e a Administradora de Bens Sicredi Ltda.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Sistema Cooperativo Sicredi, atuando no mercado de forma integrada.

Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Sistema e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. e o Rabo Development B.V., braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank, firmaram acordo de investimento em 07 de junho de 2011. A parceria proporciona o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sistema Sicredi e o Sistema Rabobank, podendo ampliar o portfólio de produtos do Sicredi nos segmentos nos quais o Rabobank tem expertise. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo BACEN em 27 de janeiro de 2011 e também pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011.

Em outubro de 2012, o Banco Cooperativo Sicredi S.A. e a International Finance Corporation – IFC, membro do Banco Mundial e maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento, firmaram acordo de investimento.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

A parceria visa contribuir para a manutenção da capacidade de alavancagem do Banco em níveis que permitam atender às demandas das Cooperativas filiadas, além de garantir o alinhamento estratégico do Sistema Sicredi e da International Finance Corporation – IFC. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 24 de maio de 2013.

Em 31 de dezembro de 2014, o Rabo Development B.V. e a International Finance Corporation – IFC detêm, respectivamente, participação de 19,87% e 3,12% das ações do Banco.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco e Empresas Controladas em IFRS foram aprovadas pela diretoria em 28 de março de 2015.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

Este conjunto de Demonstrações Financeiras Consolidadas foi preparado de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), em atendimento à Resolução nº 3.786/09 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor até 31 de dezembro de 2014. As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2014 são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2013, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

Certos valores do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram reapresentados, para uma melhor demonstração da intermediação realizada pela empresa quanto às operações com cartões crédito. Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	2013	
	Reapresentado	Original
Ativos (i)		
Empréstimos e recebíveis de cliente	11.417.180	11.104.060
Outros ativos	104.867	150.387
Passivos (ii)		
Outros passivos	538.883	271.283
Reservas	66.152	55.031
Lucros acumulados	-	11.121
Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido (iii)		
Reservas	66.152	55.031
Lucros acumulados	-	11.121
Fluxo de caixa (iv)		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Provisão para passivos em litígios	4.220	3.658
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		
Empréstimos e recebíveis de cliente	(2.365.271)	(2.052.145)
Outros ativos	(5.050)	(50.573)
(Aumento) decréscimo líquido nos passivos operacionais		
Outros passivos financeiros	258.769	(8.537)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ajustes patrimoniais	(265)	-

(i) Valores a receber das cooperativas referentes às operações de cartões de crédito.

(ii) Valores a pagar para as Bandeiras referentes às operações de cartões de crédito.

(iii) Destinação dos lucros acumulados.

(iv) Agrupamento de valores por tipo de atividade em demonstração do fluxo de caixa.

2.2 Base da Consolidação das demonstrações financeiras

2.2.1 Controladas

As controladas e outras entidades sobre as quais o Banco exerce controle, direta ou indiretamente, são consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o Banco obtém o controle, e deixam de ser consolidadas na data na qual esse controle acaba. Todas as transações, saldos, e ganhos e perdas não realizados entre as unidades de negócios do Banco são eliminados como parte da consolidação.

As participações minoritárias representam, diretamente ou indiretamente, a porção do resultado e do patrimônio líquido que não pertence ao Banco, e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e incluídas no patrimônio líquido do balanço consolidado, de forma destacada no patrimônio líquido da controladora.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

<u>Empresa</u>	<u>Atividade</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Participações diretas no capital:		%	%
Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.	Administradora de Consórcios	99,99	99,99
Administradora de Cartões Sicredi Ltda.	Administradora de Cartões	99,99	99,99
Administradora de Bens Sicredi Ltda.	Administradora de Bens	99,98	99,98
Corretora de Seguros Sicredi Ltda.	Corretora de Seguros	99,75	99,75

3. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas são explicadas abaixo.

3.1 Estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração faça estimativas e adote premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, os ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, e os valores reportados de receitas e despesas durante o período de apresentação dos relatórios. As situações avaliadas com base nos dados e informações financeiras disponíveis abrangem principalmente a determinação da provisão para devedores duvidosos, valor justo de ativos e passivos e reduções ao valor recuperável (*impairments*). Embora a administração tenha baseado suas estimativas na avaliação mais cuidadosa possível das circunstâncias e atividades atuais, os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas.

3.2 Instrumentos financeiros

3.2.1 Geral

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo de mercado.

Diferenças entre o valor justo e a consideração paga pela Instituição para a aquisição do ativo (amplamente conhecida como "day-one profit/loss") são reconhecidas no resultado do período somente quando a Instituição possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos.

A Instituição utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Instituição se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre.

A administração determina a classificação apropriada dos seus investimentos nas suas datas de aquisição.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3.2.2 Ativos financeiros para negociação

Ativos financeiros para negociação são adquiridos para obter ganhos sobre flutuações de curto prazo nos preços ou margens dos traders, ou fazem parte de uma carteira que gera ganhos de curto prazo regularmente. Esses ativos são registrados pelo valor justo com base em preços cotados.

Quaisquer ganhos e perdas realizados e não realizados são incluídos na rubrica 'Ganho/(perda) líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado'. Os juros auferidos em ativos financeiros para negociação são reconhecidos como receita de juros.

3.2.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros que se pretendem manter indefinidamente e que poderão ser vendidos para fins de liquidez ou como resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio ou preços das ações são classificados como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros classificados como "disponíveis para venda" são inicialmente reconhecidos pelo custo da transação e imediatamente reavaliados pelo valor justo com base nos preços de mercado ou valores cotados extraídos dos modelos de fluxo de caixa. Os valores justos de títulos patrimoniais não negociados em bolsa são estimados com base nos índices preço/lucro apropriados, ajustados para refletir circunstâncias específicas dos respectivos emissores. Quaisquer ganhos e perdas não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio, a menos que se refiram a juros amortizados.

Caso esses ativos financeiros sejam vendidos ou sofram perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), ou seja, o valor justo for por tempo prolongado ou significativamente menor do que seu custo, os ajustes no valor justo são reconhecidos no resultado.

O valor recuperável de ativos financeiros cotados é determinado com base no valor de mercado. Esses ativos cotados são considerados como tendo sofrido redução ao seu valor recuperável se houver indicações objetivas de que o valor de mercado diminuiu a tal ponto que nenhuma premissa razoável pode ser adotada e atingir o valor contábil em um futuro próximo.

Caso a redução ao valor recuperável de um ativo disponível para venda diminuir em um período subsequente e a diminuição puder ser atribuída objetivamente a um evento que ocorreu após a redução ao valor recuperável, a mesma é estornada por meio do resultado. Isso não se aplica aos investimentos em instrumentos acionários, onde um aumento no valor após a redução ao valor recuperável é contabilizado como uma reavaliação.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3.2.4 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com prazos e fluxos de caixa fixos são classificados como mantidos até o vencimento, desde que a administração tenha a intenção e capacidade financeira de mantê-los pelos seus prazos totais e tenha condições de fazer isso. Os ativos financeiros classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado com base no custo a taxa efetiva de juros, líquido de provisões para perdas por redução ao valor recuperável.

Os juros auferidos em ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos como receita de juros.

3.2.5 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos geralmente significam contratos cambiais, futuros de moeda e taxa de juros, contratos a termo, swaps monetários e de taxa de juros, e opções de moedas e juros (subscritos e adquiridos). Os instrumentos financeiros derivativos podem ser negociados em uma bolsa ou como instrumentos de balcão entre o Banco e um cliente.

Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo. O valor justo é determinado utilizando-se preços cotados de mercado, preços oferecidos por *traders*, modelos de desconto de fluxos de caixa, e modelos de avaliação de opções com base nos preços de mercado atuais e preços contratados para os instrumentos subjacentes, bem como a mudança no valor do dinheiro no decorrer do tempo, curvas de rendimento e a volatilidade dos ativos e passivos subjacentes. Todos os instrumentos financeiros derivativos são incluídos no ativo caso seu valor justo for positivo e no passivo caso seu valor justo for negativo.

Instrumentos financeiros derivativos incorporados em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente caso seus riscos e características não estiverem fortemente relacionados àqueles do contrato de derivativos subjacente e esse contrato não for classificado pelo valor justo por meio do resultado.

Para instrumentos não utilizados para operações de hedge, os ganhos e perdas realizados e não realizados com instrumentos financeiros derivativos são classificados pelo Banco como mantidos para negociação e reconhecidos em "Receita de juros".

3.2.6 Operações compromissadas

Os ativos financeiros que são vendidos e estão sujeitos a acordos de venda e recompra estão incluídos nas demonstrações financeiras em "ativos financeiros disponíveis para venda". O passivo para a contraparte é incluído em "depósitos de instituições financeiras" e "depósitos de clientes", dependendo da aplicadora.

Ativos financeiros adquiridos sob acordos de revenda e recompra são reconhecidos dependendo do prazo e da aplicadora como:

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Valores a receber de instituições financeiras, ou;
- Obrigações por títulos e valores mobiliários.

A diferença entre o preço de venda e preço de recompra é reconhecida como receita de juros ou despesa de juros no decorrer do prazo do acordo, com base no método de juros efetivos.

3.2.7 Empréstimos e recebíveis de clientes e valores a receber de instituições financeiras

Empréstimos a clientes e valores a receber de instituições financeiras são instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou definidos, não cotados em um mercado ativo. Esses empréstimos e valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, incluindo custos da transação. Os empréstimos estão sujeitos a análises de redução ao valor recuperável individuais ou coletivas. Um ajuste de valor, uma provisão para perdas em empréstimos, é reconhecida se houver evidência objetiva de que o Banco não é capaz de receber os valores devidos com base nos termos originais do contrato.

O tamanho da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, que é o valor presente dos fluxos de caixa esperados, incluindo valores recuperáveis com base em avais, fianças e outras garantias, descontados pela taxa de juros efetiva original dos empréstimos.

A provisão para empréstimos inclui prejuízos se houver evidência objetiva de que as perdas são atribuíveis a algumas parcelas da carteira de empréstimos na data do balanço. Exemplos de evidência objetiva para ajustes de valor são:

- Problemas financeiros significativos por parte do tomador;
- Atraso no pagamento de juros e/ou do principal por parte do tomador;
- Renegociações de empréstimos;
- Possibilidade de falência ou reorganização financeira do tomador;
- Mudanças na situação de pagamento do tomador;
- Mudanças nas circunstâncias econômicas que poderão levar o tomador a não honrar seus compromissos financeiros.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

As perdas são estimadas com base no padrão histórico de prejuízos para cada parcela separada, nos *ratings* de crédito dos tomadores e levando em conta as condições econômicas sob as quais os tomadores realizam suas atividades.

O valor contábil dos empréstimos é reduzido por meio do uso de uma conta de provisão e o prejuízo é lançado na conta de resultado. Caso o empréstimo não for passível de recebimento, ele é baixado da provisão relacionada de perdas em empréstimos. Quaisquer valores recebidos subsequentemente são incluídos sob o item “provisão para créditos de liquidação duvidosa” na conta de resultado.

3.2.8 Depósitos de instituições financeiras, depósitos de clientes e obrigações por títulos e valores mobiliários

Essas obrigações por empréstimos são inicialmente reconhecidas pelo custo, ou seja, os valores recebidos menos os custos de transação diretamente atribuíveis e não recorrentes. Os empréstimos são incluídos subsequentemente ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores líquidos e o valor de resgate é reconhecida no decorrer do prazo do empréstimo, utilizando o método de juros efetivos.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4 Moedas estrangeiras

3.4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades controladas pelo Banco.

3.4.2 Transações em moedas estrangeiras

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações. Diferenças de conversão surgidas na liquidação de tais transações ou na conversão de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado.

Diferenças de conversão em títulos de dívida e outros ativos financeiros monetários registrados pelo valor justo são incluídas em ganhos e perdas cambiais.

Diferenças na conversão de itens não monetários tais como instrumentos acionários para negociação são reconhecidas como parte dos ganhos e perdas ao valor justo.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3.5 Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos remunerados são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, com a aplicação do método dos juros efetivos. A receita de juros inclui cupons relacionados a ativos financeiros com juros fixos e ativos financeiros para negociação, bem como prêmios e descontos acumulados nos títulos do tesouro e outros instrumentos altamente líquidos.

Se quaisquer empréstimos sofrerem perdas por redução ao valor recuperável, eles são baixados para os seus valores recuperáveis e a receita de juros reconhecida a partir de então é baseada na taxa de desconto para se calcular o valor presente dos fluxos de caixa futuros utilizados para determinar os valores recuperáveis.

3.6 Tarifas, taxas e comissões

A receita das atividades de administração de ativos consiste principalmente de taxa de administração de fundos e clubes de investimentos.

A receita de administração de ativos e corretagem de seguros é reconhecida conforme auferida uma vez que os serviços tenham sido prestados. Taxas, comissões e receita de outros serviços prestados são geralmente reconhecidas pelo regime da competência.

3.7 Ativo intangível

3.7.1 Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis incluem o valor de software de computadores.

Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e é provável que os benefícios econômicos futuro esperados que seja a eles atribuído serão transferidos para o Banco.

Os gastos que melhoram o desempenho do software em relação às suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Depois do reconhecimento inicial, ativos intangíveis são contabilizados ao custo menos qualquer amortização acumulada e qualquer perda com redução ao valor recuperável.

3.8 Imobilizado

Os equipamentos para uso próprio são reconhecidos pelo custo histórico, líquido da depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável, caso aplicável.

As propriedades para uso próprio representam principalmente escritórios e também são reconhecidas ao custo menos a depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável, caso aplicável.

A depreciação pelo método linear é aplicada a esses ativos de acordo com o esquema abaixo.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Cada ativo é depreciado até o seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada:

- Terrenos: não são depreciados
- Edifícios: 55 anos
- Equipamentos de computação e veículos: 5 anos
- Outros equipamentos: 10 anos

Anualmente, o Banco avalia se há indicadores de redução ao valor recuperável do imobilizado.

Se o valor contábil de um ativo supera o seu valor recuperável estimado, o valor contábil é reduzido imediatamente para o valor recuperável.

Os ganhos e perdas na alienação dos itens do imobilizado são determinados na razão direta dos seus valores contábeis e levados em conta na determinação do resultado operacional. Os reparos e trabalho de manutenção são debitados do resultado no momento que os custos relevantes são incorridos. Os gastos para estender ou aumentar os benefícios de terrenos e edificações em comparação com seus benefícios originais são capitalizados e depreciados subsequente.

3.9 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento, principalmente edifícios comerciais, são mantidas para receita de locação de longo prazo e não são utilizadas pelo Banco ou suas controladas. As propriedades para investimento são reconhecidas como investimentos de longo prazo e incluídas no balanço pelo custo, líquido da depreciação acumulada e redução ao valor recuperável, caso aplicável.

As propriedades para investimento são depreciadas de acordo com os termos dos contratos de arrendamento subjacentes.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas se o Banco ou as empresas Controladas, possuem uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, se for provável que um desembolso de recursos que possui benefícios econômicos será necessário para liquidar a obrigação, e se uma estimativa confiável puder ser feita do valor da obrigação.

Se o Banco espera que uma provisão seja reembolsada, por exemplo, sob um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente se for praticamente certo. As provisões são lançadas pelo custo descontado dos fluxos de caixa futuros esperados.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3.11 Benefícios a pessoal

Um plano de contribuição definida é aquele no qual o Banco paga contribuições fixas para uma entidade separada (um fundo de pensão) e não adquire nenhuma obrigação legal ou implícita.

Com base nos planos de contribuição definida, o Banco paga contribuições para planos de pensão segurados gerenciados por entidades públicas ou privadas em uma base compulsória, contratual ou voluntária. Uma vez que as contribuições tenham sido feitas, o Banco não tem obrigações posteriores de pagamento. As contribuições regulares são o total do custo para o exercício no qual elas são devidas e estão incluídas nessa base no item “despesas de pessoal”.

3.12 Impostos

Os impostos a receber e a pagar e os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso estejam relacionados ao mesmo grupo tributário e à mesma autoridade tributária. Eles também são compensados se houver um direito garantido por lei para a compensação dos itens fiscais e o tratamento simultâneo, ou a liquidação for esperado.

Provisões são integralmente constituídas para passivos fiscais diferidos, utilizando o método do passivo, decorrentes de diferenças temporárias no balanço entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de relatórios financeiros.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos à medida que for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com relação ao quais as diferenças temporárias podem ser utilizadas.

Os impostos sobre o lucro são calculados de acordo com a legislação tributária no Brasil e reconhecidos no período no qual o lucro é realizado.

Os efeitos fiscais da compensação de perdas tributárias não utilizadas são reconhecidos como um ativo se for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com relação ao quais as perdas podem ser utilizadas.

Ativos ou passivos fiscais diferidos são incluídos para a reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda que são debitados ou transferidos para o patrimônio e reconhecidos na realização, juntamente com o respectivo ganho ou perda.

3.13 Garantias financeiras

As garantias financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo e subseqüentemente pelo maior valor entre:

- O valor que o Banco teria de pagar razoavelmente na data do balanço para liquidar a obrigação ou transferi-la para um terceiro; ou

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

- O valor contábil inicial menos a amortização.

3.14 Demonstração dos fluxos de caixa

As disponibilidades abrangem recursos em caixa, depósitos no mercado monetário e depósitos em bancos centrais. A demonstração de fluxo de caixa é preparada de acordo com o método de cálculo indireto e fornece detalhes da origem das disponibilidades que se tornaram acessíveis durante o exercício e sua aplicação durante o ano.

O lucro operacional antes de impostos no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é ajustado para os itens no resultado e movimentações nos itens do balanço que efetivamente não geram fluxos de caixa durante o ano.

Os fluxos de caixa de atividades operacionais, de investimento e financiamento são apresentados separadamente. Movimentos nos empréstimos e recebíveis e depósitos interfinanceiros são contabilizados nos fluxos de caixa de atividades operacionais. As atividades de investimento referem-se a aquisições e alienações e repagamentos de investimentos financeiros, bem como a aquisição e alienação de controladas e imobilizado.

Os valores da emissão e pagamentos de empréstimos subordinados se qualificam como atividades de financiamentos.

3.15 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício.
O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo Banco.

Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais classe A terem direito sobre o recebimento de dividendos com base no lucro do Sistema Sicredi (que inclui as cooperativas de crédito), conforme previsto no acordo de acionistas do Banco. Estes dividendos são calculados com base em um coeficiente (QPL) aplicado sobre o resultado do Sistema Sicredi (que inclui as cooperativas de crédito) gerando, desta forma, uma desproporcionalidade na distribuição dos dividendos em relação à participação percentual sobre o capital do Banco.

3.16 Normas, alterações e interpretações publicadas pelo IASB em 2014 e que ainda não estão em vigor.

Até 31 de dezembro de 2014, diversas normas e interpretações, e respectivas alterações, foram emitidas pelo IASB, que não estão vigentes para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de dezembro de 2014.